



unimadeiras
A FLORESTA É A NOSSA VIDA

RELATÓRIOS E CONTAS
Exercício de 2014



unimadeiras
A FLORESTA É A NOSSA VIDA



CARO ACIONISTA DA UNIMADEIRAS: Em 2014, a Unimadeiras completou 40 anos de atividade.

Ao longo da sua extensa história de vida, testemunhou e superou crises políticas, recessões económicas, profundas reestruturações ao nível do setor florestal, políticas nem sempre coerentes, desvalorização de preços, dificuldade de escoamento do produto, estudos sem resultados e muitas promessas vazias dos sucessivos dirigentes políticos.

Não obstante as dificuldades ao longo do percurso, a Administração soube aproveitar todas as oportunidades, consolidar a sua posição no mercado, modernizar-se e cimentar as condições estruturais necessárias à criação de uma empresa sólida, referência nacional do setor e garante da confiança dos seus investidores, clientes e fornecedores.

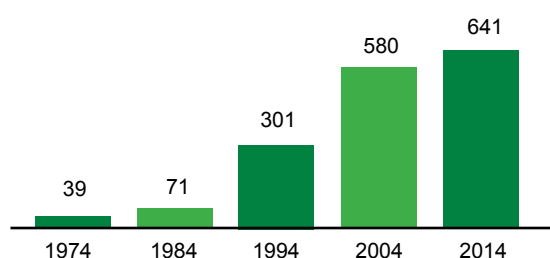
Fundada numa época politicamente conturbada - outubro de 1974 - a Unimadeiras trilhou novos caminhos e fez história na cultura empresarial da fileira da madeira em Portugal. ■

■ De uma sociedade com capacidade de atuação e de influência mais delimitada, rapidamente transformou-se na maior entidade representativa de produtores e empresários florestais de Portugal, com acionistas e fornecedores dispersos um pouco por todo o país.

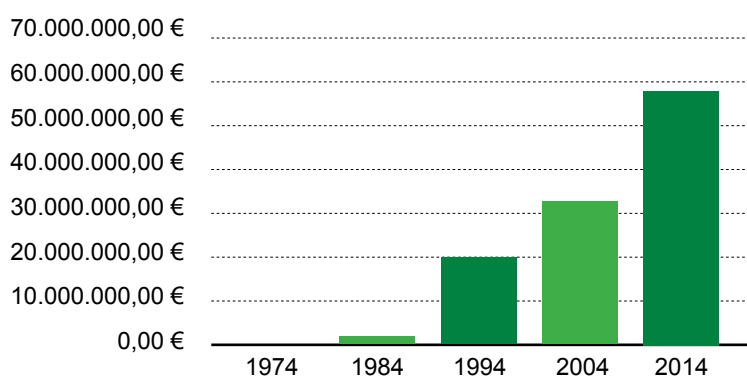
Atualmente com mais de 640 acionistas, a Unimadeiras é tema incontornável quando o assunto é a capacidade de fornecimento de madeira à indústria de celulose, MDF, aglomerados, serrações, etc., ou a gestão da certificação florestal em grupo. Com um largo histórico de resultados positivos, a procura por títulos de ações da Unimadeiras tem sido uma constante. O aumento do capital social finalizado em 2013 - seguindo a tendência dos anteriores processos de aumento de capital - registou uma procura superior à oferta de 23%, esgotando-se as reservas disponíveis muito antes do prazo previsto.

Um maior reforço do capital tem permitido, com efeito, a agilização da estrutura patrimonial da empresa, nomeadamente ao nível da aquisição de novas propriedades florestais. Com a totalidade do património certificado ou em processo de certificação para a gestão florestal pelos referenciais FSC e PEFC, em 2014 concluiu-se mais um ciclo de investimentos que, embora menor que nos anos imediatamente anteriores, resultou de uma análise cuidadosa das propostas em carteira, na altura.

Evolução do número de acionistas



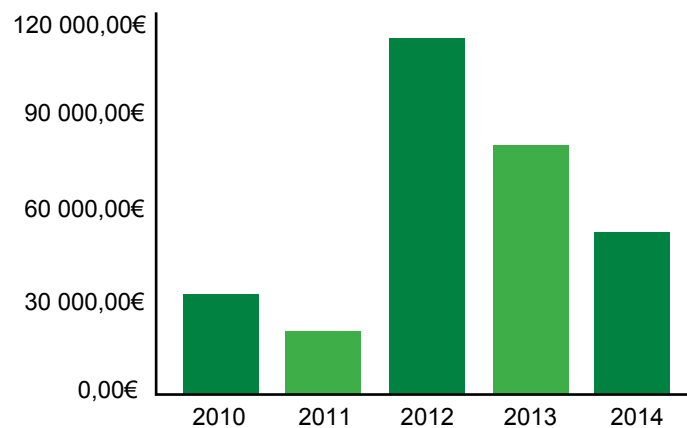
Evolução das vendas (valores em euros)



Evolução do Capital Social

Ano	Capital Social (valores na moeda à data)
1974	2.500.000\$
1976	4.600.000\$
1989	12.500.000\$
1998	105.000.000\$
2001	1.500.000€
2013	2.000.000€

Evolução dos investimentos em propriedades florestais (valores em euros)



Para terminar, não podíamos deixar de destacar que, após vários anos de desenvolvimento de procedimentos de gestão apropriados, atividades de sensibilização e ações de formação, a Unimadeiras foi auditada e obteve a certificação no âmbito da gestão em grupo de produtos florestais não lenhosos, pelas normas do PEFC e FSC.

Esta certificação - aplicável aos Membros do Grupo Unifloresta já certificados para a gestão de produtos lenhosos - permite-nos não só o apoio na gestão de alguns produtos relacionados com a gestão dos espaços florestais, tais como ervas aromáticas, medicinais e condimentares, frutos silvestres, mel, resina, cortiça ou cogumelos, mas, também, uma participação mais interventiva nas práticas e metodologias silvícolas a adotar. ■

■ Uma vez mais, a Unimadeiras traçou objetivos audazes e cumpriu todas as metas a que se propôs. A mais este sucesso subjaz, muito naturalmente, a experiência de 40 anos no mercado, o conhecimento intrínseco da fileira e a certeza da capacidade e do empenho de todos quantos estiveram envolvidos neste processo.

No passado recente trilhámos novos caminhos e reforçámos a nossa capacidade estrutural e de gestão, tendo por base a certeza de uma economia cada dia mais exigente e globalizada.

A Administração da Unimadeiras não pode, pois, deixar de agradecer aos seus acionistas, fornecedores, clientes e demais partes interessadas todo o apoio e colaboração dada ao longo destes anos, na certeza de terem sido anos mutuamente profícuos e um claro investimento para o futuro.

Cordiais saudações.

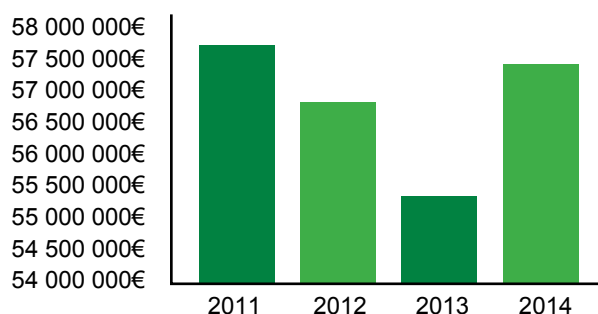
O Conselho de Administração da Unimadeiras.

1 | ANÁLISE COMERCIAL

1.1 Vendas

O volume de vendas em 2014 excedeu as expectativas para o período, atingindo-se um crescimento de 3,7% face ao ano transato. Não obstante a presença de variações do preço da madeira à porta da fábrica, registou-se um incremento do volume de vendas a clientes, retrato da própria dinâmica desta fileira. Para os resultados apurados em 2014 concorreram alguns fatores conjunturais, em particular a estabilização em alta da procura de rolaria por parte dos clientes.

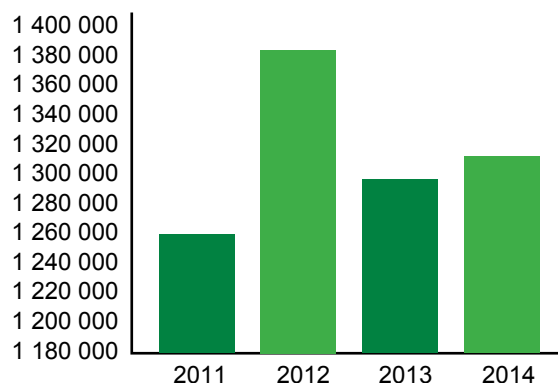
Evolução das vendas



1.2 Fornecimentos

O ano 2014 ficou marcado por um aumento dos fornecimentos em cerca de 1.2%. Num panorama de forte competitividade da fileira, o aumento da procura de madeira gerado pelo recente incremento da capacidade produtiva de alguns clientes, aliado à política de fidelização de fornecedores levada a cabo pela administração da Unimadeiras, contribuiu para os resultados ora apresentados.

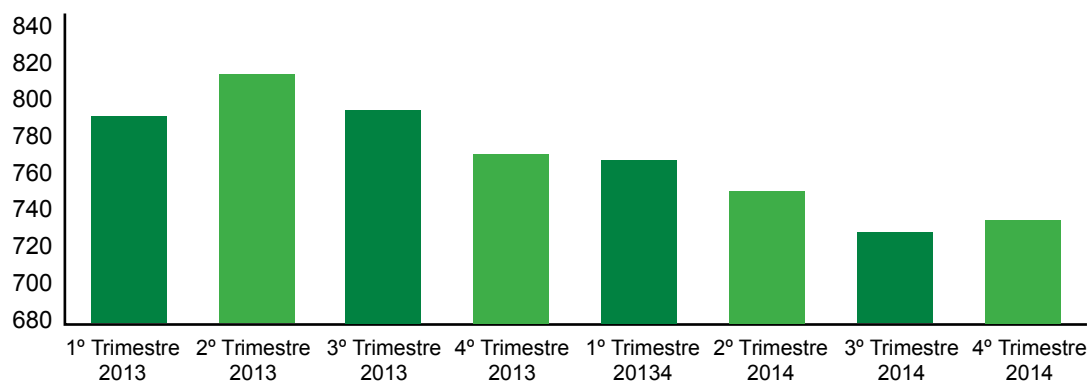
Evolução do fornecimento de madeira (valores em unidades)



1.3 Evolução do preço da pasta

Conjuntamente, o preço da pasta de papel sofreu uma queda a partir do terceiro trimestre de 2013, fator repercutido no preço da madeira à porta da fábrica em 2014.

Evolução do preço da pasta BEKP - Bleached eucalyptus kraft pulp (valores em dolares)



2 | BARÓMETRO

Como habitualmente, realizou-se um estudo de mercado com objetivo de verificar a evolução das tendências do mercado da fileira florestal, avaliar o grau de satisfação dos fornecedores e proprietários florestais acionistas da Unimadeiras, assim como identificar os principais obstáculos ao desenvolvimento da atividade florestal durante o ano. Relativamente à análise dos resultados, é de destacar:

Como resultado positivo:

- A permanência em alta do grau de satisfação dos fornecedores relativamente à Unimadeiras.
- A diminuição dos prejuízos com os fogos florestais, quer em madeira comprada a terceiros quer em madeira própria.
- A descida do número de acidentes de trabalho com baixa médica.

Como resultado negativo:

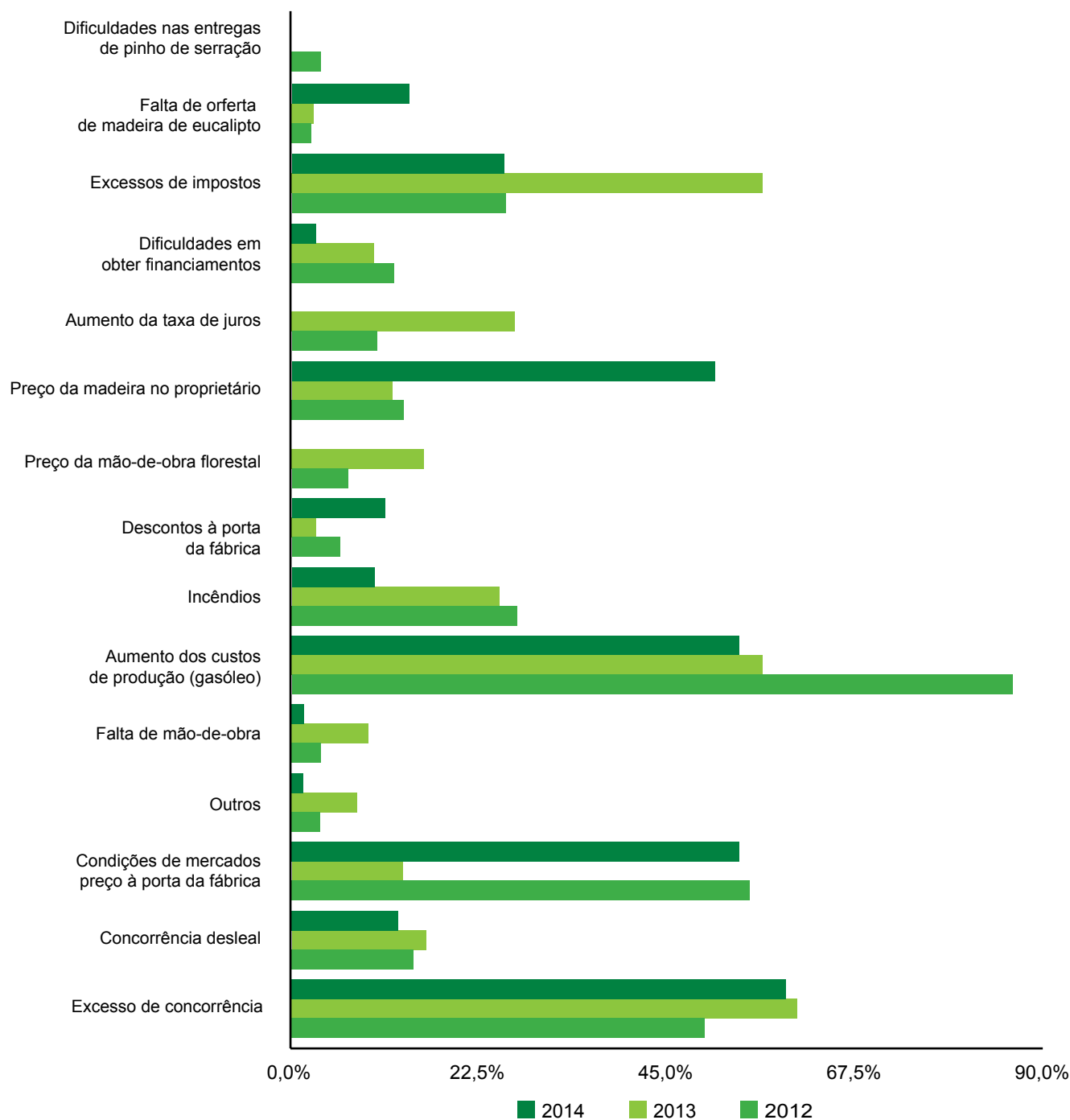
- O aumento de área florestal afetada por pragas ou doenças, em particular com gorgulho de eucalipto.

Relativamente aos fatores que sofreram um maior aumento face a 2013, apurámos os seguintes:

- Preço da madeira à porta da fábrica.
- Preço da madeira na compra ao proprietário.
- Falta de oferta de madeira de eucalipto em pé.

No gráfico seguinte podemos estabelecer uma análise comparativa dos principais obstáculos referidos pelos fornecedores, desde o ano 2012:

Barómetro 2014

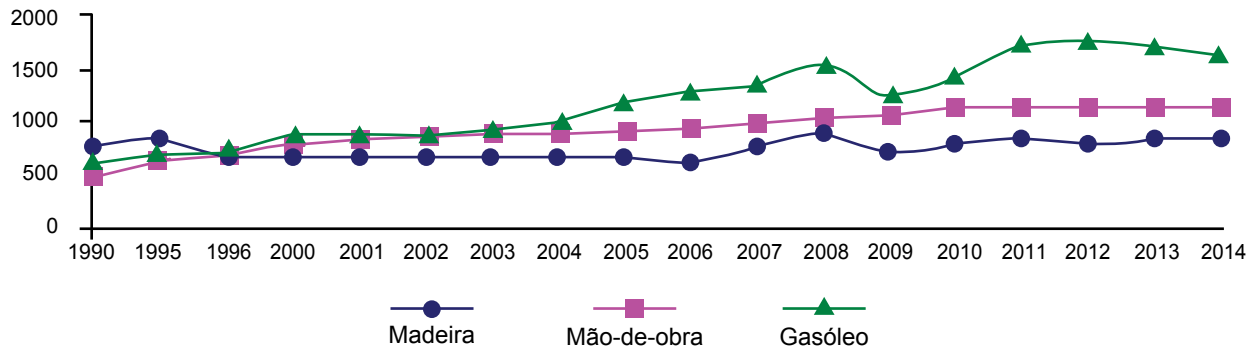


Relativamente aos principais obstáculos, em 2014 foram apurados os seguintes dados:

- Excesso de concorrência.
- Custos de produção (sobretudo gasóleo).
- Preço da madeira à porta da fábrica.
- Preço elevado da madeira na compra ao proprietário.

No gráfico seguinte estabelece-se uma relação da evolução dos custos com mão-de-obra e gasóleo, comparativamente com a evolução do preço da madeira à porta da fábrica, desde o ano 1990.

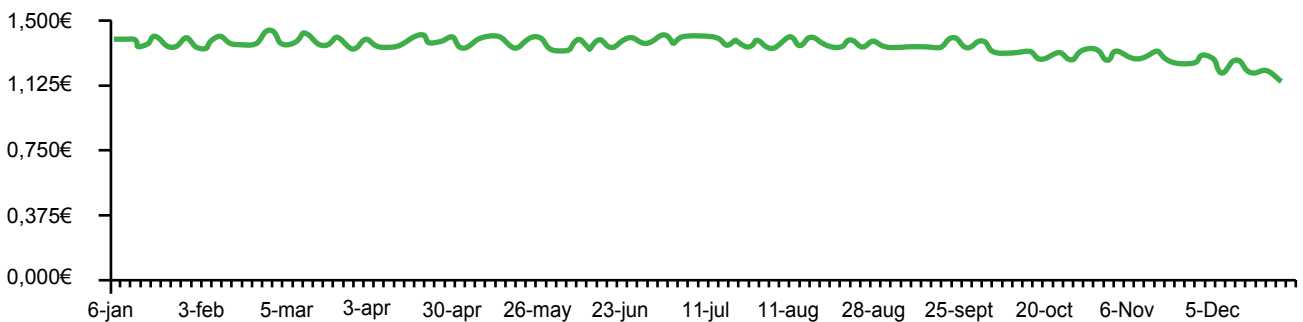
Evolução dos custos Vs. preço madeira à porta da fábrica



Não obstante uma ligeira queda do preço do gasóleo, a redução do preço da madeira à porta da fábrica e a manutenção em alta do preço médio da mão-de-obra

florestal formam um quadro acrescido de obstáculos ao normal desenvolvimento da atividade.

Evolução do preço gasóleo (preço em euros/litro 2014)

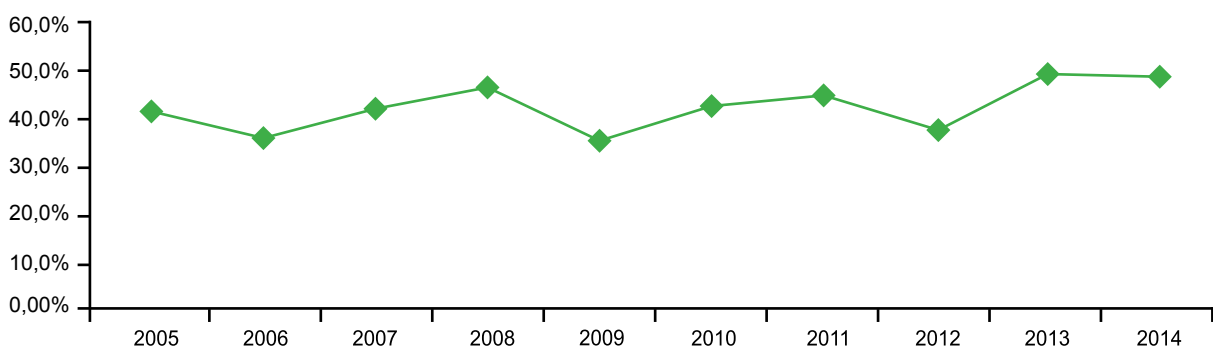


2.1 Evolução dos investimentos

Verificou-se uma ligeira queda na percentagem de empresários com investimento em novas máquinas ou equipamentos, em cerca de 1.4%. Para além do investimento em tratores, gruas e camiões, verifica-se

agora uma tendência para a aquisição de máquinas de trituração dos resíduos florestais para produção de biomassa.

Investimento em equipamentos florestais (percentagem de empresários)



2.2 Evolução de perdas e prejuízos – incêndios florestais, acidentes de trabalho, roubos

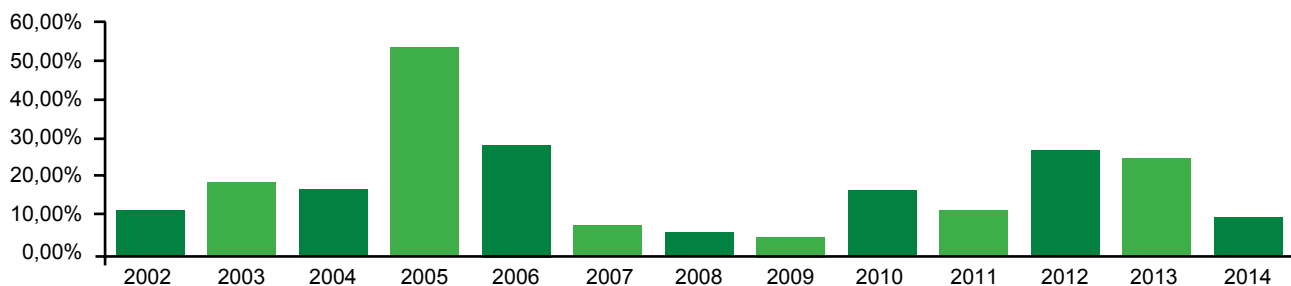
2.2.1 Incêndios

Dados ainda provisórios do Instituto da Conservação da Natureza e Florestas indicam que 2014 foi o ano em que se registou o menor número de incêndios da última década, tendo-se registado, entre 1 de janeiro e 15 de setembro, 19.021 hectares de floresta ardida em Portugal, cerca de sete vezes menos do que no mesmo período de 2013, quando ardeu 138.393 hectares. ■

■ Em comparação com período homologado de 2013, as ocorrências de fogo diminuíram em 2014 para mais de metade, sublinhando que 2014 é o terceiro melhor ano desde 2004 em termos de área ardida, com 19.021 hectares de espaços florestais destruídos pelas chamas.

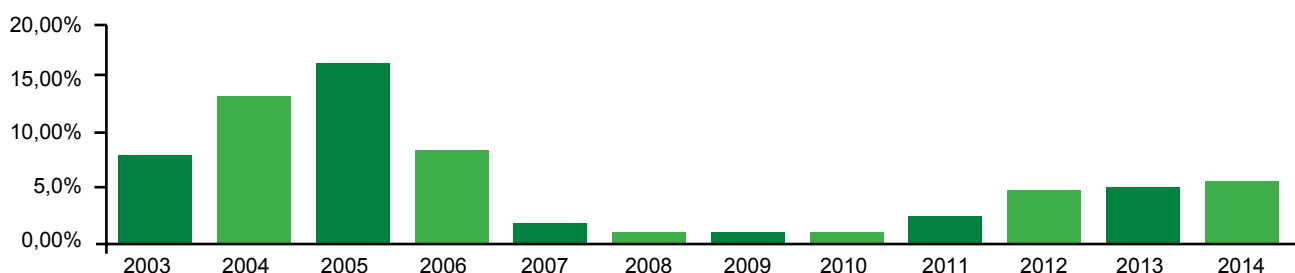
Segundo o mesmo relatório provisório, os únicos dois anos com menor área ardida do que 2014, durante a última década, foram 2007 e 2008, com 18.755 e 12.659 hectares respetivamente. Em 2014 registou-se uma queda de 60,5% do número de inquiridos afetados pelos incêndios, comparativamente ao ano de 2013.

Prejuízos decorrentes de incêndios florestais (valores em percentagem de afetados)



Relativamente à madeira ardida, cortada e em pilha, registou-se um aumento de 7,5%.

Perda total de madeira cortada ardida (valores em percentagem de afetados)

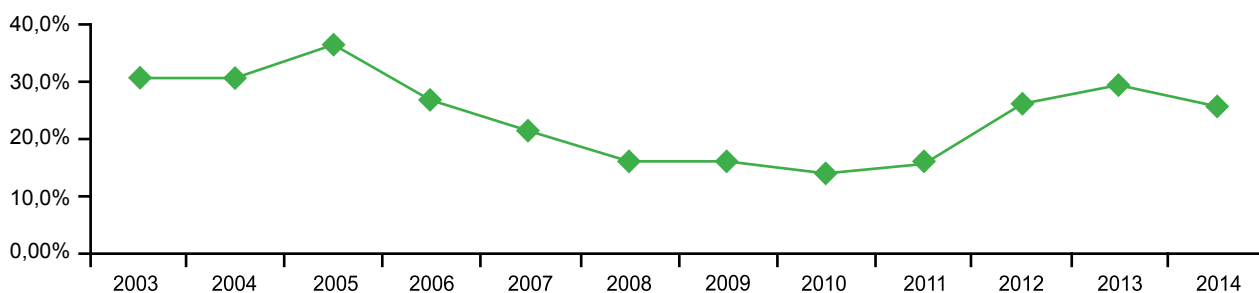


2.2.2 Acidentes de trabalho

Cerca de 25% dos inquiridos reportaram a ocorrência de acidentes de trabalho com baixa médica, em trabalhos realizados em propriedades não certificadas para a gestão florestal. Neste âmbito, é de salientar que a principal função dos trabalhadores acidentados é a de motosserrista, seguido dos trabalhadores indiferenciados e dos motoristas.

A utilização da motosserra, a queda de objetos e as quedas ao mesmo nível ou em altura foram, por ordem hierárquica de importância, as causas mais frequentes dos acidentes. Como podemos verificar no gráfico seguinte, a taxa de acidentes diminuiu 12,3%, comparativamente com o ano 2013.

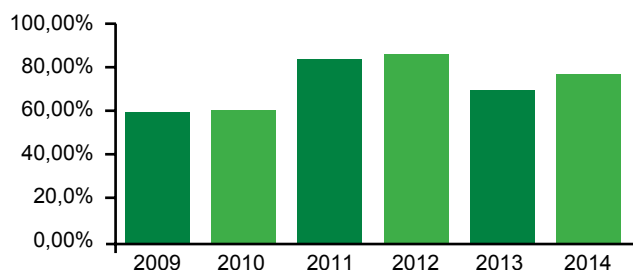
Evolução dos acidentes de trabalho (valores em percentagem de empresários)



2.2.3 Roubos

A percentagem de prejuízos por roubo sofreu um aumento de 11,2% , face ao ano transato. Entre os equipamentos mais comumente referidos, o gasóleo das máquinas e dos camiões, as baterias, a madeira cortada e em pé e as motosserras são os principais alvos de roubo.

Percentagem de empresários vítimas de roubo

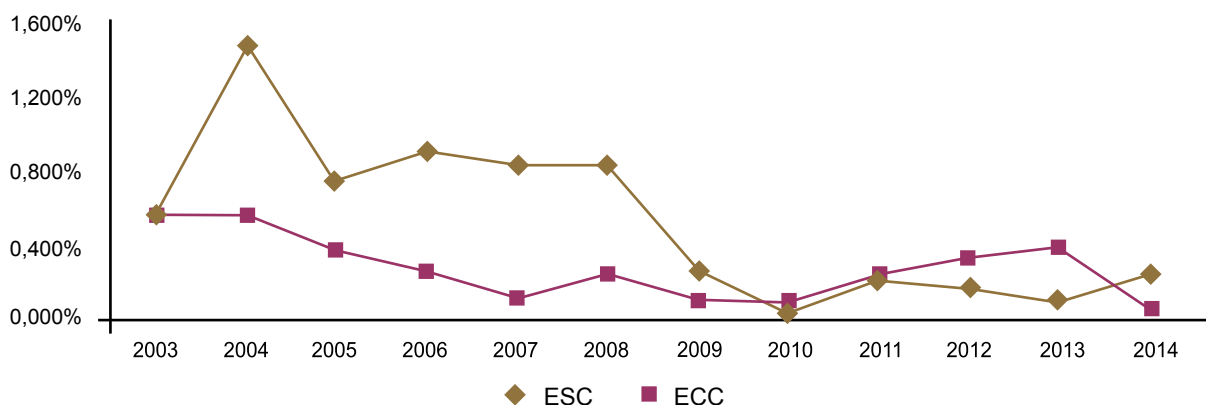


3 | DESCONTOS À PORTA DA FÁBRICA

Numa análise global, verificou-se uma queda da percentagem de descontos na madeira de eucalipto com casca e um aumento da percentagem na madeira de eucalipto sem casca. No gráfico seguinte analisa-se a evolução dos descontos referentes à madeira de eucalipto com casca (ECC) e a madeira de eucalipto sem casca (ESC), desde o ano 2003. ■

■ O aumento da área florestal ardida em 2013 produziu, em 2014, um incremento do fluxo de comercialização de madeira proveniente dos incêndios e, por conseguinte, da percentagem de cargas de madeira de eucalipto sem casca com a atribuição de desconto de produto não conforme, fundamentalmente pela existência de irregularidades

Evolução dos descontos à porta da fábrica



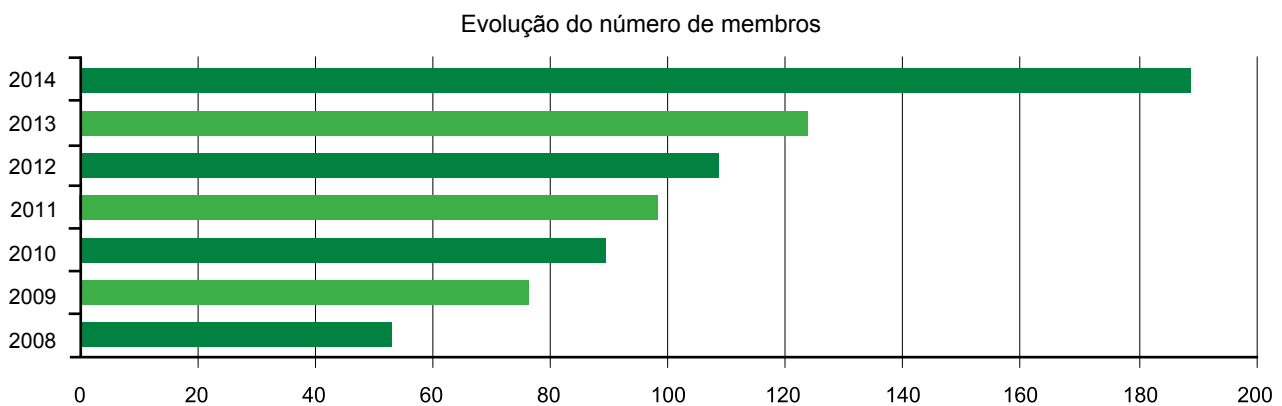
ao nível do descasque dos troncos, toros finos, entre outros fatores relacionados com a presença de vestígios de incêndio. É, ainda, de referir que mais de 60% dos descontos atribuídos à madeira com casca referem-se ao fornecimento de madeiras finas.

Relativamente aos descontos da madeira sem casca, os descontos incidem essencialmente na qualidade do descasque da mesma, como é o caso da presença de partes de casca no tronco e outras cascas soltas.

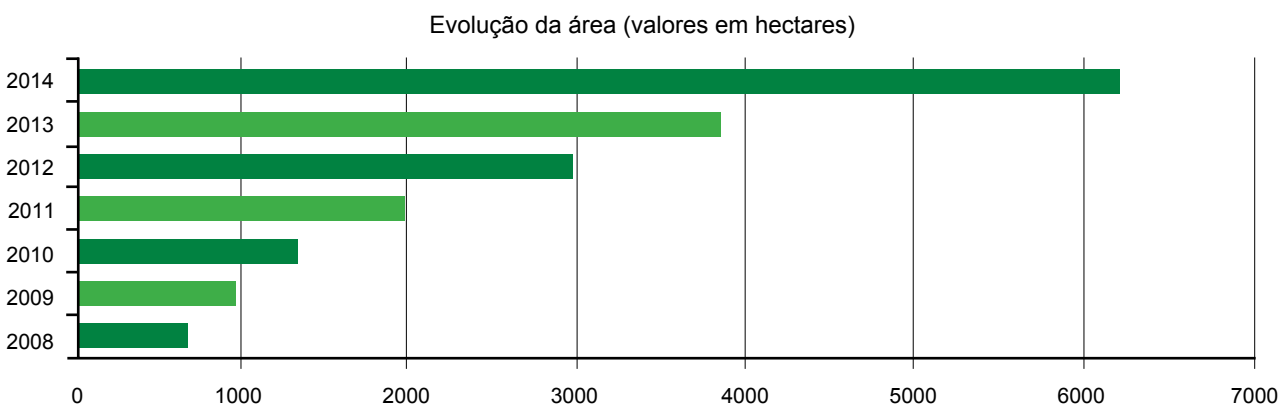
4 | GRUPO UNIFLORESTA

4.1 Evolução de membros e da unidade de gestão floresta

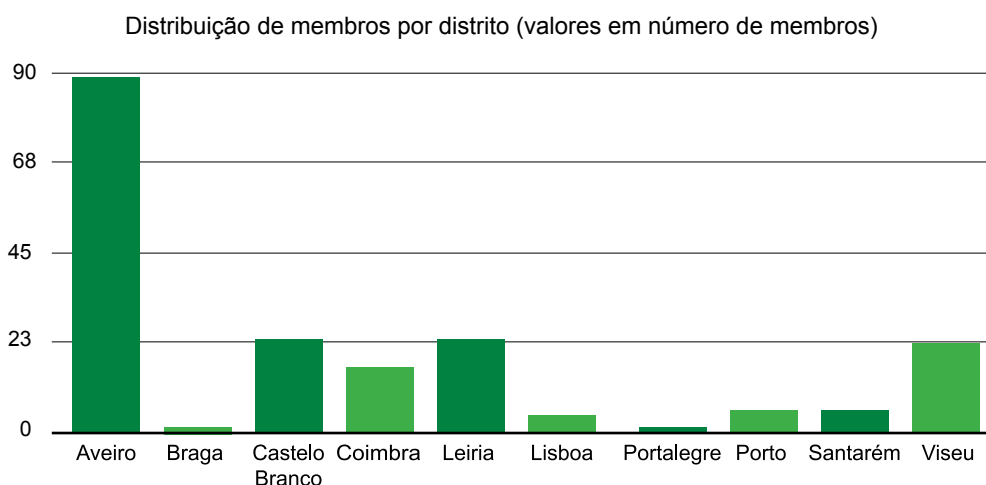
Em 2014 o número de membros aumentou cerca de 52%, para 189, enquanto a área certificada aumentou cerca de 60%, para 6212 hectares. Relativamente à evolução da unidade de gestão florestal, 76,34% da área de produção está agora ocupada com eucalipto glóbulos, 13,64% com pinheiro bravo, sendo os restantes 10% de área ocupados com outras espécies. Como podemos verificar no gráfico seguinte, o número de membros do Grupo Unifloresta tem evoluído a ritmo regular, numa média de crescimento anual de cerca de 23,2%.



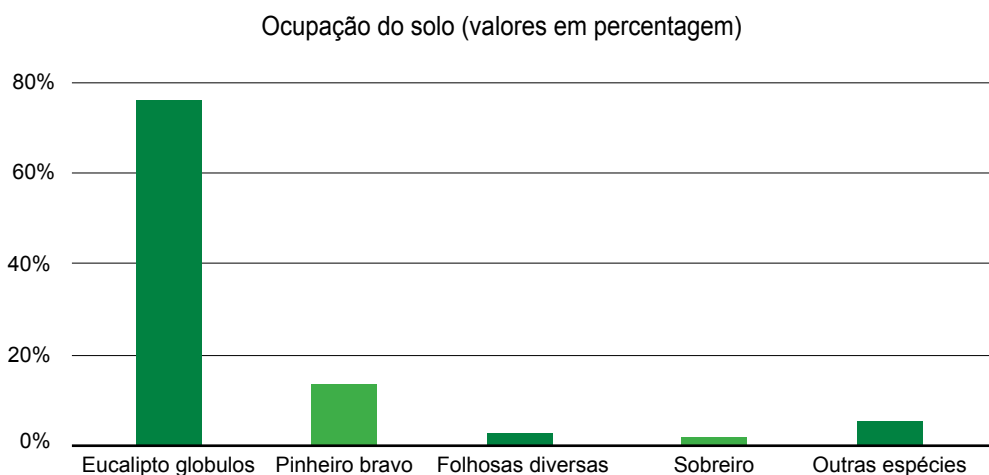
Relativamente à área certificada, a média anual de crescimento cifra-se em 43,4%.



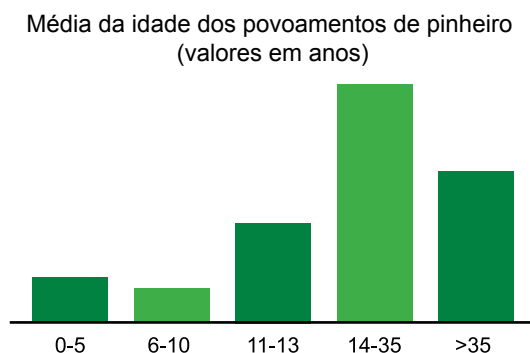
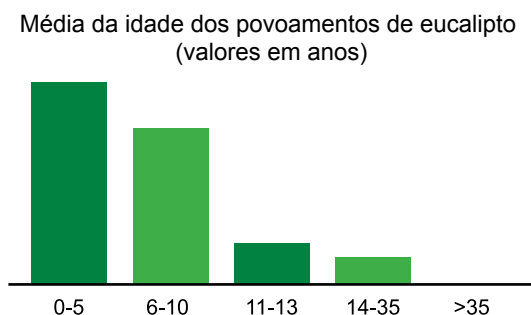
No gráfico seguinte podemos verificar a dispersão de Membros do Grupo, por distrito:



No que respeita à ocupação do solo, a unidade de gestão florestal do Grupo caracteriza-se da seguinte forma:



Relativamente à idade dos povoamentos florestais, no final de 2014 verificava-se a seguinte distribuição para a madeira de eucalipto e pinheiro:



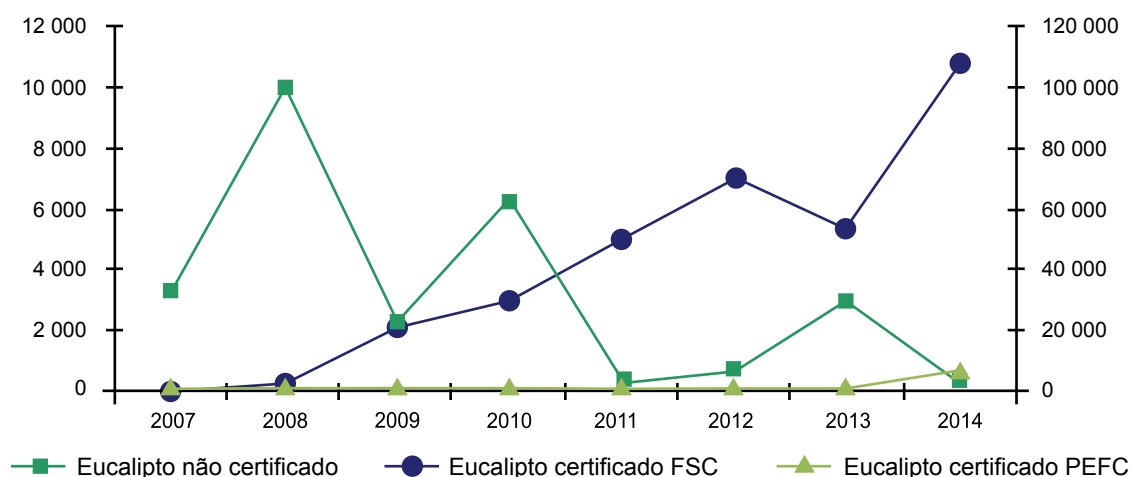
4.2 Evolução dos fornecimentos madeira certificada

A procura de mercado por madeira certificada FSC assume um papel predominante, razão pela qual se verifica uma maior canalização dos fornecimentos de madeira com utilização desta marca. Por outro lado, as condições de mercado - nomeadamente o preço à porta da fábrica - têm mantido os fornecimentos do Grupo Unifloresta centrados neste referencial.

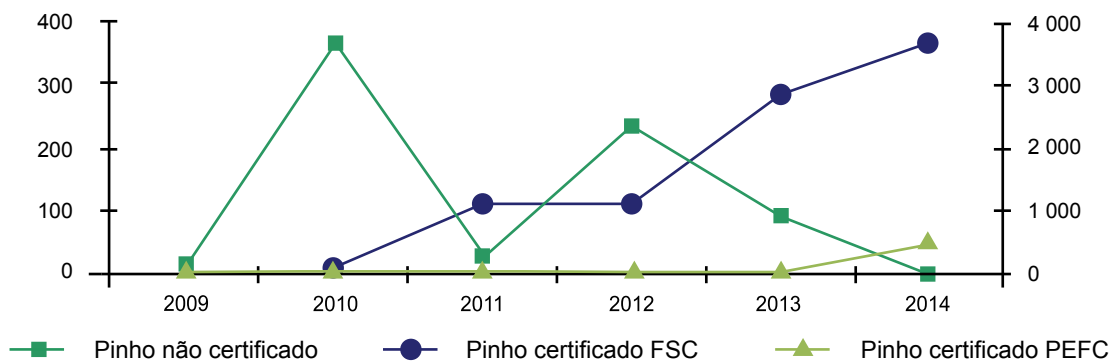
Em breve análise aos gráficos anteriores, verifica-se uma tendência evolutiva dos fornecimentos mais estável no que respeita à madeira vendida como certificada, enquanto a madeira vendida como não certificada regista um fluxo de variações instáveis, fruto das oscilações de mercado e da influência da relação *procura/oferta*.

Nos gráficos seguintes apresenta-se a evolução dos fornecimentos de madeira de pinheiro e de eucalipto da Unidade de Gestão Florestal do Grupo:

Evolução do fornecimento de rolaria de eucalipto (valores em unidades de medição)



Evolução dos fornecimentos de rolaria de pinheiro (valores em unidades de medição)



4.3 Evolução do número de vistorias

Face ao aumento considerável do número de novos membros e de novas áreas em 2014, as vistorias realizadas à unidade de gestão florestal do Grupo registaram um aumento em cerca de 94%.

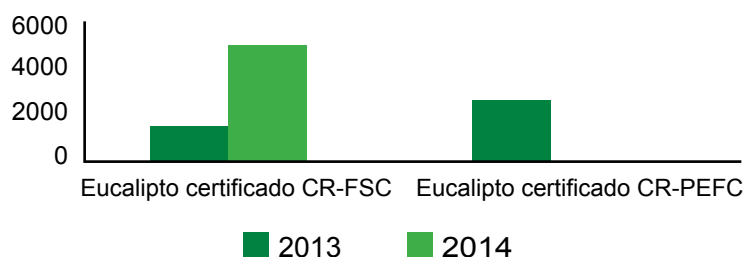


5 | CERTIFICAÇÃO DA CADEIA DE RESPONSABILIDADE FSC E PEFC

Em 2014 deliberou-se a transferência da certificação de Cadeia de Responsabilidade do PEFC de grupo para individual. Esta alteração, fruto da necessidade de maximização dos recursos e minimização de custos, traduziu-se numa simplificação dos processos

internos e aumento das receitas com a gestão deste esquema de certificação.

Os fornecimentos de rolaria certificada através dos certificados de Cadeia de Responsabilidade PEFC e FSC registaram a seguinte evolução:



6 | PERSPETIVAS PARA 2015

6.1 Fornecimentos

Com a perspetiva de manutenção dos preços à porta da fábrica, prevê-se uma ligeira queda dos fornecimentos em 2015, sobretudo no que respeita a madeira de eucalipto não certificado. Relativamente à madeira certificada, perspetiva-se um gradual aumento dos fornecimentos.

6.2 Investimentos

O aumento da área florestal da Unimadeiras através da aquisição de novas propriedades para produção de rolaria e outras com objetivo de conservação tem sido um objetivo estratégico constante da Administração da Unimadeiras. Apesar do volume de investimentos em infraestruturas nos últimos anos ter sido avultado, a Administração não descurará a sua vertente de produtora florestal e manterá em aberto a possibilidade de novas aquisições de propriedades florestais.

6.3 Certificação da gestão florestal

Numa perspetiva de médio prazo, prevemos um aumento significativo da área florestal certificada do Grupo Unifloresta, com um especial alargamento à região interior centro e sul do país. Considerando o atual ritmo de crescimento do Grupo, perspetiva-se triplicar a área florestal certificada num espaço de 5 anos.

6.4 Formação

Como meta a cumprir até 2020, pretende-se duplicar o número de horas de formação aos trabalhadores florestais, com especial relevo para as ações a desenvolver na frente de trabalho e em regime de simulacro. Ao nível dos gestores e produtores florestais, serão reforçadas parcerias estratégicas com entidades exteriores, com o objetivo de reforçar as temáticas mais impactantes, tais como as boas práticas silvícolas e de higiene e segurança no trabalho florestal.

6.5 Expoflorestal 2015

Com a realização de mais uma edição deste evento, perspetiva-se um reforço da presença da Unimadeiras no recinto da feira com um stand temático que abrangerá as várias vertentes da atividade, com o já habitual enfoque nas artes tradicionais relacionadas com os subprodutos da floresta. Enquanto entidade mentora do projeto, o stand da Unimadeiras tem registado os mais elevados níveis de participação e visitas, nomeadamente de empresários e proprietários

florestais que pretendem inteirar-se das condições e dos serviços oferecidos pela Unimadeiras.

Assim, e com o objetivo de melhorar o espaço de interação entre as partes, em 2015 pretende-se redefinir o layout do stand, oferecendo maior dinâmica aos espaços comuns e um campo de ação com uma maior diversidade de temáticas em exposição.

7 | ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

Indicadores	2010	2011	2012	2013	2014
Vendas e serviços prestados	38.046.647	57.717.518	56.837.348	55.358.046	57.429.678
Crescimento das vendas	46,7%	51,7%	- 1,5%	- 2,6%	3,7%
Capitais próprios	2.756.879	3.013.837	3.184.565	3.832.812	4.038.784
Rentabilidade dos capitais próprios	10,0%	12,6%	10,6%	8,0%	9,0%
Rentabilidade das vendas	0,67%	0,60%	0,56%	0,46%	0,60%
Taxa de rentabilidade interna	0,79%	0,92%	0,88%	0,69%	0,79%
Meios libertos líquidos (<i>cash-flow</i>)	302.211	531.193	503.334	384.350	454.213
Activo corrente	8.587.647	10.515.691	8.518.693	9.760.280	9.707.937
Passivo corrente	3.121.570	4.263.890	3.591.490	5.076.560	6.044.853
Fundo de maneio líquido	5.466.077	6.251.801	4.927.203	4.683.720	3.663.084
Liquidez geral	2,75	2,47	2,37	1,92	1,60
Autonomia financeira	27,5%	25,3%	29,9%	28,5%	30,2%
Solvabilidade	37,9%	33,9%	42,7%	39,9%	43,4%
Prazo médio de recebimentos	64 dias	49 dias	35 dias	43 dias	42 dias
Prazo médio de pagamentos	9 dias	8 dias	5 dias	4 dias	7 dias
EBITDA ^{a)}	527.224	961.105	932.008	806.780	797.004
Gastos de financiamento (líquidos)	134.262	254.690	304.776	341.053	217.721
Imposto sobre o rendimento (IRC)	90.750	175.222	123.897	81.376	125.069
Resultado líquido do período	257.372	346.958	320.728	253.247	345.971

a) EBITDA = Resultado operacional + Gastos de depreciação e de amortização + Perdas por imparidade + Provisões do exercício ou = Resultado antes de juros, impostos, amortizações, depreciações e provisões

7.1 Vendas

As vendas atingiram neste ano de 2014 uma cifra de 57.429.678 euros, quebrando um ciclo de 2 anos de abaixamento nas vendas. A expansão da cifra de vendas, relativamente ao ano anterior, foi de 3,7%, o que constitui uma evolução já com algum significado. Convém, entretanto, ter presente que está longe de verificar-se uma correspondência perfeita entre as cifras de vendas anuais e os respetivos volumes de fornecimentos de madeira, dado que as oscilações nos preços praticados desde há vários anos não encaixam minimamente na linha de evolução da taxa oficial de inflação.

7.2 Resultados

Em termos económicos, a Unimadeiras evoluiu positivamente neste último ano.

Os **meios libertos líquidos** (*cash-flow*) melhoraram sensivelmente, apresentando uma evolução de 18,1%.

O **EBITDA** sofreu uma oscilação desfavorável mínima, não comprometendo, de forma alguma, o panorama de sucesso que decorreu da gestão de 2014.

O **resultado operacional** (antes de gastos de financiamento e impostos) melhorou cerca de 2%.

O **resultado líquido** do período melhorou substancialmente, cerca de 36,6%, concorrendo, consequentemente, para uma melhoria no resultado por ação, o qual passou de 0,84 euros em 2013 para 0,86 euros em 2014.

Os **gastos de financiamento** (líquidos) baixaram cerca de 36,2%, o que constitui um facto verdadeiramente notável que concorreu decisivamente para o bom desempenho da gestão no exercício de 2014.

Estes gastos tiveram em 2013 um peso de 0,62% nas vendas líquidas da empresa, mas em 2014 representaram apenas 0,38% da mesma variável.

7.3 Rentabilidade

Numa perspetiva eminentemente económica, diremos que a situação da empresa se caracterizou em 2014 por uma certa evolução positiva, em consonância, aliás, com o que foi referido anteriormente no aspeto dos resultados.

A **rentabilidade dos capitais próprios** melhorou um ponto percentual neste exercício, passando de 8,0% em 2013 para 9,0% em 2014, o que representa uma taxa reconhecidamente boa para este indicador de gestão.

A **rentabilidade das vendas** registou, igualmente, uma melhoria neste exercício, o mesmo acontecendo com a **taxa de rentabilidade interna** (meios libertos líquidos/ vendas).

Os valores apresentados por estes dois últimos indicadores de gestão não são altos, é verdade, mas estão na linha de razoabilidade que caracteriza o nosso ramo de negócio.

7.4 Equilíbrio Financeiro

Na perspetiva financeira, constatamos que piorou ligeiramente o equilíbrio financeiro de curto prazo, a avaliar pela evolução desfavorável ocorrida no **fundo de maneo líquido e na liquidez geral**.

Contudo, os seus valores apurados no final de 2014 não suscitam apreensões de maior, podendo classificar-se, mesmo assim, como razoáveis. Ao invés, registamos com agrado que melhorou o equilíbrio financeiro de médio e longo prazo, conforme passamos a descrever.

A **autonomia financeira** (capitais próprios/ ativo líquido) subiu de 28,5% para 30,2%, representando a melhor marca dos últimos 5 anos;

A **solvabilidade** (capitais próprios/ passivo total) subiu de 39,9% para 43,4%, representando, igualmente, a melhor marca dos últimos 5 anos. Importa referir que o ano de 2014 registou uma redução do passivo

total, embora tenhamos assistido a uma mudança de sentido da evolução nas duas categorias de passivo: passivo não corrente e passivo corrente.

Assim, o **passivo não corrente** (passivo de médio e longo prazo) sofreu uma redução aproximadamente de 1.261.000 euros, enquanto o **passivo corrente** (passivo de curto prazo), pelo contrário, subiu cerca de 968.000 euros, sendo as subidas mais significativas as que ocorreram na conta **Fornecedores** e na conta **Financiamentos obtidos**. Estas duas subidas no passivo corrente acabaram por explicar, em grande parte, a degradação verificada ao nível do **fundo de maneo líquido** e da **liquidez**.

7.5 Custos

Ao nível dos custos, verificaram-se alguns agravamentos que são perfeitamente normais e, inclusive, inevitáveis. Estamos a falar do **Custo das mercadorias vendidas** que, forçosamente, tinha de subir, face à subida das vendas. Outras subidas, sem grande significado, foram registadas nos **Gastos de depreciação e de amortização** e nos **Outros gastos e perdas**. Ao contrário, ocorreram algumas reduções nos custos de 2014, sendo as mais significativas as seguintes:

- **Fornecimentos e serviços externos:** baixaram cerca de 40.000 euros (9,7%);
- **Gastos de financiamento (líquidos):** baixaram cerca de 123.000 euros (36,2%), conforme já referido anteriormente no capítulo dos **Resultados**.

7.6 Investimentos

Investimentos em 2014	Valor
Participações de capital	586,35
Terrenos	52.496,84
Edifícios (comerciais, administrativos e outros)	181.004,44
BMW 05-OH-13 (ligeiro de passageiros)	27.250,00
Aparelhagem e máquinas eletrónicas	8.045,00
Computadores	6.947,39
Programas de computador	1.201,31
Investimentos em curso	12.105,00
Investimentos em curso (transferências)	- 183.504,44
Total	106.131,89

7.7 Conclusões

Numa apreciação global, constatamos que o exercício de 2014 decorreu de forma muito satisfatória, ocasionando uma melhoria geral da situação económica e financeira da Unimadeiras. Para que essa melhoria fosse mais abrangente, faltou apenas uma evolução positiva no **fundo de maneo líquido** e na **liquidez geral**.

Apesar deste percalço, não podem restar dúvidas de que a gestão de 2014 foi amplamente positiva.

8 | PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Face ao imperativo de reforçar os capitais próprios da empresa e, também, tendo em atenção as legítimas expectativas dos acionistas quanto à remuneração dos capitais investidos, a Administração da UNIMADEIRAS decide propor para os resultados líquidos de 2014 a seguinte aplicação:

Descrição	Valor
Dividendos a distribuir (cativos de impostos)	140.000,00 euros
Reforço da Reserva Legal	25.000,00 euros
Reforço de Reservas Livres	<u>180.971,32 euros</u>
Total	345.971,32 euros

O pagamento dos dividendos deverá ocorrer durante o próximo mês de maio de 2015.

Notas finais

Declaramos que não existe qualquer dívida em mora ao sector **Estado e Outros Entes Públicos**, nomeadamente à Segurança Social e ao Estado.

De acordo com o Código das Sociedades Comerciais, informamos de que não foram concedidas quaisquer autorizações para negócios entre a Sociedade e os seus Administradores. Não se registaram factos ambientais nem laborais dignos de relevância, pelo que as análises das demonstrações financeiras não serão minimamente afetadas.

Relativamente a factos relevantes ocorridos após o termo do período, até à data da elaboração deste Relatório de Gestão, não ocorreram quaisquer factos que pudessem significar alteração da situação à data do balanço.

Albergaria-a-Velha, 25 de fevereiro de 2015

O Conselho de Administração

Jorge Armando Mendes Loureiro

António Augusto Amaral Loureiro e Santos

Humberto Marques Dias

Hernâni da Seca Martins Pereira

João Vicente Lourenço

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Euros)

ATIVO	Notas	31/12/14	31/12/13	CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	Notas	31/12/14	31/12/13
ATIVO NÃO CORRENTE				CAPITAL PRÓPRIO			
Ativos fixos tangíveis		3 331 699,59	3 361 489,47	Capital realizado		2 000 000,00	2 000 000,00
Ativos intangíveis		800,87	0,00	Prémios de emissão		243 646,50	243 646,50
Ativos biológicos		219 249,62	225 713,00	Reservas legais		144 500,00	129 500,00
Participações financeiras - outros métodos		84 411,40	84 001,40	Outras reservas		1 304 665,92	1 206 418,85
Outros ativos financeiros		5 678,52	5 502,17	Resultado líquido do período		345 971,32	253 247,07
		3 641 840,00	3 676 706,04	Total do capital próprio		4 038 783,74	3 832 812,42
ATIVO CORRENTE							
Ativos biológicos		0,00	0,00	PASSIVO			
Clientes		7 712 019,11	8 105 778,37	PASSIVO NÃO CORRENTE			
Adiantamento a fornecedores		40 060,00	30 303,87	Financiamentos obtidos			
Estado e outros entes públicos		0,00	1 312 872,29			3 266 140,26	4 527 613,15
Outras contas a receber		1 289 350,70	156 425,39	PASSIVO CORRENTE			
Diferimentos		4 315,09	3 590,02	Fornecedores		1 331 928,06	717 625,18
Outros ativos financeiros		6 949,45	9 037,14	Adiantamentos de clientes		0,00	0,00
Caixa e depósitos bancários		655 242,52	142 272,91	Estado e outros entes públicos		88 565,55	24 711,23
		9 707 936,87	9 760 279,99	Acionistas		105,84	204,12
				Financiamentos obtidos		4 559 056,43	4 245 290,46
				Outras contas a pagar		65 196,99	88 729,47
				Outros passivos financeiros		0,00	0,00
				Total do passivo		6 044 852,87	5 076 560,46
Total do ativo		13 349 776,87	13 436 986,03	Total do capital próprio e do passivo		9 310 993,13	9 604 173,61
						13 349 776,87	13 436 986,03

O Técnico Oficial de Contas

António Augusto Santos

O Conselho de Administração

António Augusto Amaral Loureiro e Santos

Jorge Armando Mendes Loureiro

Humberto Marques Dias

Hernâni da Seca M. Pereira

João Vicente Lourenço

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

(Euros)

Rendimentos e Gastos	Notas	Períodos	
		2014	2013
Vendas e serviços prestados		57 429 678,58	55 358 046,05
Subsídios à exploração		60,50	0,00
Variação nos inventários da produção		-6 463,38	30 378,91
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das mat. Consumidas		-57 226 318,71	-53 956 683,89
Fornecimento e serviços externos		-369 998,37	-409 952,15
Gastos com o pessoal		-283 516,04	-298 856,41
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		16 348,35	-18 661,15
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Imparidade de investimentos não depreciables		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos		1 353 949,77	182 659,00
Outros gastos e perdas		-100 388,45	-98 810,69
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		813 352,25	788 119,67
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-124 590,44	-122 442,48
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis		0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		688 761,81	675 677,19
Juros e rendimentos similares obtidos		16 191,29	25 631,37
Juros e gastos similares suportados		-233 912,89	-366 685,13
Resultado antes de impostos		471 040,21	334 623,43
Imposto sobre o rendimento do período		-125 068,89	-81 376,36
Resultado líquido do período		345 971,32	253 247,07
Resultado das atividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período		0,00	0,00

O Técnico Oficial de Contas

António Augusto Santos

O Conselho de AdministraçãoAntónio Augusto Amaral Loureiro e Santos
Jorge Armando Mendes LoureiroHumberto Marques Dias
Hernâni da Seca M. Pereira

João Vicente Lourenço

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR FUNÇÕES

(Euros)

Rubricas	Notas	PERÍODOS	
		2014	2013
Vendas e serviços prestados		57 429 678,58	55 358 046,05
Custo das vendas e dos serviços prestados		-57 256 367,29	-53 949 890,18
Resultado bruto		173 311,29	1 408 155,87
Outros rendimentos		1 384 010,27	182 659,00
Gastos de distribuição		-11 445,82	-15 092,89
Gastos administrativos		-778 804,44	-802 988,80
Gastos de investigação e desenvolvimento		0,00	0,00
Outros gastos		-78 309,49	-97 055,99
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		688 761,81	675 677,19
Gastos de financiamento (líquidos)		-217 721,60	-341 053,76
Resultado antes de impostos		471 040,21	334 623,43
Imposto sobre o rendimento do período		-125 068,89	-81 376,36
Resultado líquido do período		345 971,32	253 247,07
Resultado por ação		0,86	0,84
Resultado das atividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período		0,00	0,00

O Técnico Oficial de Contas

António Augusto Santos

O Conselho de Administração

António Augusto Amaral Loureiro e Santos
Jorge Armando Mendes Loureiro

Humberto Marques Dias
Hernâni da Seca M. Pereira

João Vicente Lourenço

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (método direto)

EUROS

	2014		2013	
ATIVIDADES OPERACIONAIS:				
Recebimentos de clientes	68 119 066,65		66 706 556,75	
Pagamentos a fornecedores	-64 852 673,49		-66 670 190,77	
Pagamentos ao pessoal	-164 686,34		-171 973,43	
Fluxo gerado pelas operações	3 101 706,82		-135 607,45	
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento	-34 405,84		-77 249,44	
Outros recebimentos/pagamentos da atividade operacional	-1 165 691,54		-1 216 688,54	
Fluxos das atividades operacionais (1)		1 901 609,44		-1 429 545,43
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:				
Recebimentos provenientes de:				
Ativos fixos tangíveis	0,00		2 200,00	
Juros e rendimentos similares	27 304,67		38 447,42	
Dividendos	2 800,00	30 104,67	2 800,00	43 447,42
Pagamentos respeitantes a:				
Investimentos financeiros	-5,09		-13 130,00	
Ativos fixos tangíveis	-110 284,71		-1 603 308,53	
Ativos intangíveis	0,00	-110 289,80	0,00	-1 616 438,53
Fluxos das atividades de investimento (2)		-80 185,13		-1 572 991,11
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:				
Recebimentos provenientes de:				
Financiamentos obtidos	36 450 943,74		95 885 232,53	
Realização de capital/outros inst. cap. próprio	0,00	36 450 943,74	500 000,00	96 385 232,53
Pagamentos respeitantes a:				
Financiamentos obtidos	-37 401 641,07		-93 296 818,78	
Juros e gastos similares	-257 031,71		-358 152,09	
Dividendos	-100 725,66	-37 759 398,44	-73 999,80	-93 728 970,67
Fluxos das atividades de financiamento (3)		-1 308 454,70		2 656 261,86
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		512 969,61		-346 274,68
Caixa e seus equivalentes no início do período		142 272,91		488 547,59
Caixa e seus equivalentes no fim do período		655 242,52		142 272,91

O Técnico Oficial de Contas

António Augusto Santos

O Conselho de AdministraçãoAntónio Augusto Amaral Loureiro e Santos
Jorge Armando Mendes LoureiroHumberto Marques Dias
Hernâni da Seca M. Pereira

João Vicente Lourenço

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 2013

(Euros)

DESCRÇÃO	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital										Interesses minoritários	Total do Capital Próprio			
		Capital realizado	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio			Resultado Líquido do período	Total	
Posição no início de 2013	(1)	1 500 000,00			243 646,50	109 500,00	1 010 691,12							320 727,73	3 184 565,35	3 184 565,35
ALTERAÇÕES NO PERÍODO																
Primeira adoção de novo referencial contabilístico																
Alterações de políticas contabilísticas																
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras																
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis																
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respetivas variações																
Ajustamentos por impostos diferidos																
Outras alterações reconhecidas no capital próprio																
	(2)															
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO 2013	(3)													253 247,07	253 247,07	253 247,07
RESULTADO INTEGRAL	4 = (2+3)													253 247,07	253 247,07	253 247,07
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO																
Realizações de capital		500 000,00													500 000,00	500 000,00
Realizações de prémios de emissão																
Distribuições																
Entradas para cobertura de perdas																
Outras operações																
	(5)															
Posição no fim de 2013	6 = (1+2+3+5)	2 000 000,00			243 646,50	129 500,00	1 206 418,85							253 247,07	3 832 812,42	3 832 812,42
		500 000,00				20 000,00	195 727,73							-320 727,73	-105 000,00	-105 000,00
						20 000,00	195 727,73							-320 727,73	395 000,00	395 000,00

O Técnico Oficial de Contas
António Augusto Santos

O Conselho de Administração
António Augusto Amaral Loureiro e Santos
Jorge Armando Mendes Loureiro

Humberto Marques Dias
Hernâni da Seca M. Pereira

João Vicente Lourenço

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 2014

(Euros)

DESCRIBÇÃO	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital										Total do Capital Próprio		
		Capital realizado	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio		Resultado Líquido do período	Total
Posição no início de 2014	(6)	2 000 000,00			243 646,50	129 500,00	1 206 418,85				253 247,07	3 832 812,42	3 832 812,42	
ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
Primeira adoção de novo referencial contabilístico														
Alterações de políticas contabilísticas														
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras														
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis														
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respetivas variações														
Ajustamentos por impostos diferidos														
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	(7)													
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO 2014	(8)													
RESULTADO INTEGRAL	9 = (7+8)													
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO														
Realizações de capital														
Realizações de prémios de emissão					15 000,00									
Distribuições										98 247,07				
Entradas para cobertura de perdas					15 000,00					98 247,07				
Outras operações														
Posição no fim de 2014	(10) (6+7+8+10)	2 000 000,00			243 646,50	144 500,00	1 304 665,92				345 971,32	4 038 783,74	4 038 783,74	

O Técnico Oficial de Contas
António Augusto Santos

O Conselho de Administração
António Augusto Amaral Loureiro e Santos
Jorge Armando Mendes Loureiro

Humberto Marques Dias
Hermâni da Seca M. Pereira

João Vicente Lourenço

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício de 2014

1 Identificação da entidade

A empresa Unimadeiras – Produção, Comércio e Exploração Florestal, S.A., contribuinte nº 500293066, é uma sociedade anónima constituída em 14/10/1974, com sede social no Areeiro, freguesia e concelho de Albergaria-a-Velha, tendo como atividade principal o comércio por grosso de madeira em bruto (CAE 46731). A empresa não pertence a qualquer Grupo, pelo que, em conformidade, as presentes demonstrações financeiras da Empresa são as suas demonstrações financeiras individuais.

2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Referencial contabilístico

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da empresa e de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) previstas pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC), regulado pelos seguintes diplomas legais:

Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho (Sistema de Normalização Contabilística).

Portaria nº 986/2009, de 7 de setembro (Modelos de Demonstrações Financeiras).

Portaria nº1011/2009, de 9 de setembro (Código de Contas).

Aviso nº 15652/2009, de 7 de setembro (Estrutura Conceptual).

Aviso nº 15655/2009, de 7 de setembro (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro).

2.2 Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas: Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições do SNC.

2.3 Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados, cujos conteúdos não sejam compatíveis com os do período anterior: Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de Dezembro de 2014 são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do exercício de 2013.

3 Principais políticas contabilísticas

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

ATIVOS INTANGÍVEIS (NCRF 6): Os ativos intangíveis, que compreendem apenas a rubrica **Programas de computadores**, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas. A taxa de amortização praticada (33,33%) correspondeu ao período de vida útil estimada de 3 anos.

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS (NCRF 7): Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 31 de Dezembro de 2009 encontram-se registados ao seu custo de aquisição, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das amortizações acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo

método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação praticadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Edifícios administrativos/comerciais (adquiridos em estado de novo)	50 anos
Edifícios administrativos/comerciais (adquiridos em estado de uso)	40 anos
Outros edifícios – industriais (adquiridos em estado de uso)	15 anos
Viaturas ligeiras (de mercadorias e passageiros)	4 anos
Equipamento administrativo (aparelhagem e máquinas eletrónicas)	5 anos
Equipamento administrativo (computadores)	3 anos
Equipamento administrativo (outro)	8 anos

INVESTIMENTOS FINANCEIROS: Não existem investimentos financeiros em subsidiárias ou associadas.

Outros investimentos financeiros:

- **Participações de capital:** encontram-se registadas ao custo de aquisição.
- **Empréstimos concedidos:** encontram-se registados ao custo.
- **Outros:** encontram-se registados ao custo de aquisição.

CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS (NCRF 10):

Os custos de empréstimos obtidos foram considerados, na totalidade, como gastos do período, na ausência de situação que implicasse tratamento diferente.

AGRICULTURA (NCRF 17): Ativos biológicos: Na impossibilidade de mensurar de forma fiável o justo valor, a empresa mensurou estes ativos pelo custo de aquisição, não se registando qualquer depreciação ou perda por imparidade.

MATÉRIAS AMBIENTAIS (NCRF 26): A empresa reconhece uma operação – **remoção dos desperdícios acumulados** – que resulta da sua atividade económica quando há lugar ao corte de árvores das suas próprias matas. Nesta situação, o que tem acontecido é serem os compradores do produto a suportar quer os custos do corte, quer os subsequentes, nomeadamente os resultantes da remoção dos desperdícios acumulados.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS (NCRF 27): Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Clientes e outras dívidas de terceiros

As dívidas de clientes ou de outros terceiros foram registadas ao custo (isto é, pelo seu valor nominal). No fim do período foram analisadas as contas de clientes e outras contas a receber, de forma a avaliar se existia alguma evidência objetiva de que não fossem recuperáveis. Nesta conformidade, foram reconhecidas no fim do período algumas perdas por imparidade.

Fornecedores

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros foram registadas ao custo (isto é, pelo seu valor nominal).

Empréstimos

Os empréstimos, utilizando uma das opções da NCRF 27, foram registados no passivo pelo custo.

3.3 Juízos de valor que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras:

Na preparação das demonstrações financeiras, o Conselho de Administração baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e correntes, considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

3.5 Principais fontes de incerteza das estimativas:

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo periodicamente revistas com base na informação disponível. As alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais poderão diferir daquelas estimativas.

4 Fluxos de caixa

4.1 Os meios financeiros líquidos (Caixa e seus equivalentes), constantes do Balanço em 31 de dezembro de 2014, estão totalmente disponíveis para uso.

4.2 Os meios financeiros líquidos são constituídos exclusivamente por depósitos à ordem.

7 Ativos intangíveis

- a) A empresa detém um único tipo de ativos intangíveis: **Programas de computador.**

Modo como caracterizamos este ativo intangível:

- vida útil finita;
- período de vida útil estimada - 3 anos;
- taxa de amortização praticada - 33,33%.

- b) Como método de amortização foi usado o método da linha reta.
- c) A quantia bruta escriturada e amortização acumulada, no começo e fim do período:

	Quantia bruta Escriturada	Amortização Acumulada	Quantia bruta Escriturada	Amortização Acumulada
	31/12/2013	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2014
Programas de computador	8.420,12	8.420,12	9.621,43	8.820,56

- d) O valor das amortizações relativas a ativos intangíveis incluídas na rubrica “**Gastos/reversões de depreciação e de amortização**” da demonstração de resultados ascende a:

	2013	2014
Programas de computador	0,00	400,44

- e) Os movimentos na rubrica ativos intangíveis, durante os anos 2013 e 2014, são os que se seguem:

	31/12/2013	Adições	31/12/2014
Programas de computador	8.420,12	1.201,31	9.621,43
Ativo intangível bruto	8.420,12	1.201,31	9.621,43
Amortizações acumuladas	8.420,12	400,44	8.820,56
Ativo intangível líquido	0,00	800,87	800,87

8 Ativos fixos tangíveis

8.1 Divulgações sobre ativos fixos tangíveis:

a) Bases de mensuração:

Os ativos tangíveis estão valorizados de acordo com o modelo do custo, segundo o qual um item do ativo fixo tangível é escriturado pelo seu custo menos depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

b) Método de depreciação usado:

A empresa deprecia os seus bens do ativo fixo tangível de acordo com o método da linha reta.

De acordo com este método, a depreciação é constante durante a vida útil do ativo se o seu valor residual não se alterar.

c) Vidas úteis e taxas de depreciação usadas:

As depreciações do período são calculadas tendo em consideração as seguintes vidas úteis e taxas de depreciação:

Ativos tangíveis	Vida útil	Taxa de depreciação
Edifícios administrativos/comerciais (adquiridos em estado de novo)	50 anos	2%
Edifícios administrativos/comerciais (adquiridos em estado de uso)	40 anos	2,5%
Outros edifícios – industriais (adquiridos em estado de uso)	15 anos	6,66%
Viaturas ligeiras (mercadorias e passageiros)	4 anos	25%
Equipamento administrativo (aparelhagem e máquinas eletrónicas)	5 anos	20%
Equipamento administrativo (computadores)	3 anos	33,33%
Equipamento administrativo (outro)	8 anos	12,5%

d) /e) Reconciliação da quantia escriturada
no início e no fim do período:

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento de transporte	Equipamento Administrativo	Outros AFT	AFT em curso	Total
Quantia escriturada bruta:							
Saldo em 31/12/2013	1.923.603,92	1.409.225,54	112.338,29	100.191,50	99.195,62	175.899,44	3.820.454,31
Adições	52.496,84	181.004,44	27.250,00	14.992,39		12.105,00	287.848,67
Alienações (abates)	-	-	19.888,21	-	-	-	19.888,21
Transferências						183.504,44	183.504,44
Saldo em 31/12/2014	1.976.100,76	1.590.229,98	119.700,08	115.183,89	99.195,62	4.500,00	3.904.910,33
Depreciações acumuladas:							
Saldo em 31/12/2013	-	255.320,71	77.644,18	81.309,91	44.690,04	-	458.964,84
Adições	-	75.303,62	15.062,50	10.144,51	23.679,37	-	124.190,00
Alienações (abates)	-	-	9.944,10	-	-	-	9.944,10
Transferências							
Saldo em 31/12/2014	-	330.624,33	82.762,58	91.454,42	68.369,41	-	573.210,74
Quantia escriturada líquida em 31/12/2013	1.923.603,92	1.153.904,83	34.694,11	18.881,59	54.505,58	175.899,44	3.361.489,47
Quantia escriturada líquida em 31/12/2014	1.976.100,76	1.259.605,65	36.937,50	23.729,47	30.826,21	4.500,00	3.331.699,59

8.6 O valor das depreciações relativas a ativos fixos tangíveis incluídas na rubrica “gastos de depreciação e de amortização” – conta 64.2, ascende a:

	2013	2014
Edifícios e outras construções	63.236,66	75.303,62
Equipamento de transporte	18.888,71	15.062,50
Equipamento administrativo	6.637,74	10.144,51
Outros AFT	23.679,37	23.679,37
Totais	112.442,48	124.190,00

8.7 Depreciação acumulada no final do período:

	2013	2014
Edifícios e outras construções	255.320,71	330.624,33
Equipamento de transporte	77.644,18	82.762,58
Equipamento administrativo	81.309,91	91.454,42
Outros AFT	44.690,04	68.369,41
Totais	458.964,84	573.210,74

11 Custos de empréstimos obtidos:

Os custos de empréstimos obtidos foram considerados, na totalidade, como gastos do período, isto na ausência de situação que implicasse tratamento diferente.

13 Imparidade de ativos

13.1 Para cada classe de ativos:

- a) Quantia de perdas por imparidade reconhecidas nos resultados durante o período (rubrica “Imparidade de dívidas a receber” na demonstração de resultados), conforme quadro seguinte:

Imparidades reconhecidas	Saldo inicial	Reforço	Utilização	Reversão	Saldo final
Em dívidas a receber:					
Clientes	309.797,03	4.200,75	0,00	30.000,00	283.997,78
Outros devedores	81.018,24	9.450,90	0,00	0,00	90.469,14
Totais	390.815,27	13.651,65	0,00	30.000,00	374.466,92

13.3 Perdas por imparidade agregadas e reversões agregadas de perdas por imparidade reconhecidas durante o período:

- a) Ver quadro em 13.1 – alínea a)
- b) Os principais motivos que levaram ao reconhecimento das perdas por imparidade identificadas no quadro acima foram:
- existência de créditos em situação de mora;
 - existência de créditos em situação de contencioso;
 - dificuldades reconhecidas na tentativa de cobrança.

18 Agricultura

18.1 Descrição de cada grupo de ativos biológicos:

Os ativos biológicos da empresa são constituídos por um único grupo:

Ativos biológicos	Produto agrícola	Produto pós-colheita
Árvores em plantação florestal	Troncos (toros)	Madeira em bruto e pasta de papel

A empresa não considera os terrenos, relacionados com a atividade agrícola, como ativos biológicos.

18.2 Medidas ou estimativas não financeiras usadas na quantificação física de cada um dos grupos de ativos biológicos no fim do período:

A empresa utilizou a seguinte base de medidas/estimativas para determinação das quantidades de ativos biológicos na sua posse a 31 de dezembro de 2014:

Localização dos ativos biológicos	Hectares	Ton./hectare	Total(ton.)	Custo	Custo/ton.
Albergaria-a-Velha (Zona Industrial)	2,8800	72	207	997,50	4,82
Albergaria-a-Velha (Srª do Socorro)	0,3660	205	75	98,76	1,32
Macinhata (Cavadeira)	2,6700	104	278	5.617,99	20,21
Macinhata (Cavadeira)	1,6500	104	172	1.379,91	8,02
Macinhata (Ródão)	9,5300	167	1.588	16.962,96	10,68
Macinhata (Vale da Fonte)	7,9810	133	1.064	2.174,82	2,04
Marinha das Ondas (Arneiro Sul)	0,6217	106	66	1.360,05	20,60
Macinhata (Boiça)	0,5449	150	82	2.293,43	27,97
Macinhata (Vale da Telha)	0,1998	113	22	591,70	26,90
Macinhata (Lameira)	0,0973	280	27	808,82	29,96
Macinhata (Vale da Fonte)	0,2821	280	79	2.294,77	29,05
Macinhata (Vale da Fonte)	0,5235	100	52	693,48	13,34
Canas de Stª Maria (Ribeira)	79,4300	60	4.766	133.975,43	28,11
Foios (Concheirinha)	51,0836	50	2.554	50.000,00	19,58
Totais	-	-	11.032	219.249,62	19,87

18.3 Métodos e pressupostos significativos aplicados na determinação do justo valor de cada um dos grupos de ativos biológicos e de cada um dos grupos do produto agrícola no ponto de colheita.

Na impossibilidade de mensurar de forma fiável o justo valor, a empresa mensurou os ativos biológicos pelo custo de aquisição, conforme quadro apresentado em 18.2), não se registando qualquer depreciação ou perda por imparidade.

A empresa valoriza os seus produtos agrícolas, colhidos dos ativos biológicos, pelo seu justo valor menos os custos estimados no ponto de venda no momento da colheita.

Os principais métodos usados para determinação do justo valor foram:

Produtos agrícolas	Método de agrupamento	Critério de determinação do justo valor	Justo valor no momento da colheita
Madeira em bruto (toros de eucalipto)	Eucalipto	Preço mais recente de transação no mercado	47.946,79

Nota: Os produtos agrícolas colhidos no período de 2014 foram todos vendidos no mesmo período.

18.4 Justo valor menos os custos estimados no ponto de venda do produto agrícola colhido durante o período, determinado no momento da colheita.

Os produtos agrícolas foram valorizados da seguinte forma:

Produtos agrícolas	Valor de mercado do produto agrícola no momento da colheita	Custos estimados no ponto de venda	Justo valor menos custos estimados no momento da colheita
Madeira em bruto (toros de eucalipto)	47.946,79	17.046,15	30.900,64

Nota: Os produtos agrícolas colhidos no período de 2014 foram todos vendidos no mesmo período.

21 Rédito

21.1 Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito

O rédito é valorizado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente da **venda de bens** é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador.
- A Entidade não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos.
- O montante do rédito pode ser valorizado com fiabilidade.
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Entidade.
- Os custos suportados ou a suportar com a transação podem ser valorizados com fiabilidade.

O rédito proveniente de **dividendos** é reconhecido a partir do momento em que se estabelece o direito do acionista a receber o pagamento.

21.2 Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período:

Rubricas	2013	2014
Vendas		
Mercado interno	55.358.046,05	57.429.678,58
Mercado externo (Espanha)	0,00	0,00
Total das vendas	55.358.046,05	57.429.678,58
Dividendos	3.390,00	3.270,12
Total das categorias significativas de rédito	55.361.436,05	57.432.948,70

25 Acontecimentos após a data do balanço

25.1 Autorização para emissão

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração no dia 25 de fevereiro de 2015. No entanto, os acionistas poderão em Assembleia Geral não aprovar as presentes demonstrações e solicitar alterações.

25.2 Atualização da divulgação acerca das condições à data do balanço

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras, não ocorreram ou não houve informação acerca de quaisquer factos relevantes que pudessem significar alteração da situação à data do balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

26 Impostos sobre o rendimento

26.1 Principais componentes de gastos/rendimentos de impostos

	2013	2014
Impostos correntes	81.376,36	125.068,89
Imposto sobre o rendimento do período	81.376,36	125.068,89

26.3 Relacionamento entre gasto/rendimento de impostos e lucro contabilístico

Apuramento do lucro tributável		2014	%
Resultado antes de impostos (lucro contabilístico)	1	471.040,21	100,00
Custos não dedutíveis	2	20.628,65	-
Proveitos dedutíveis	3	1.543,22	-
Benefícios fiscais	4	909,52	-
Correções ao resultado antes de impostos	5 = 2-3-4	18.175,91	3,86
Lucro tributável	= 1+5	489.216,12	103,86

Cálculo do imposto	Base fiscal	Taxa	Imposto de 2014
IRC: Escalão para PME	15.000,00	17%	2.550,00
IRC: Escalão para o excedente	474.216,12	23%	109.069,71
Derrama	489.216,12	1,35%	6.604,43
Tributações autónomas:			
Despesas de representação	32.592,90	10%	3.259,29
Viaturas ligeiras de passageiros	4.136,16	10%	413,62
Viaturas ligeiras de passageiros	10.771,48	27,5%	2.962,16
Abonos por deslocações em viatura própria	4.193,48	5%	209,68
Imposto sobre o rendimento do período (IRC)	-	-	125.068,89

26.4 Explicação de alterações na taxa de imposto aplicável comparada com o período contabilístico anterior

Descrição		2013	2014
1	Resultado contabilístico do período (antes de impostos)	334.623,43	471.040,21
2	Imposto corrente (antes das tributações autónomas)	76.037,97	118.224,14
3	Imposto diferido	0,00	0,00
4	Tributações autónomas	5.338,39	6.844,75
5	Imposto sobre o rendimento do período = 2+3+4	81.376,36	125.068,89
6	Taxa efetiva de imposto = 5/1	24,32%	26,55%

O imposto sobre o rendimento (IRC) subiu de 81.376,36 euros em 2013 para 125.068,89 euros em 2014, correspondente a uma taxa efetiva de imposto de 24,32% em 2013 contra 26,55% em 2014 e a uma melhoria da receita fiscal, a favor do Estado, na ordem dos 53,7%.

A variação na taxa efetiva de imposto é significativa e encontra explicação nas diferentes correções ao lucro contabilístico (antes de impostos) determinadas pelo Código do IRC.

26.11 Quantias das potenciais consequências do imposto sobre o rendimento praticamente determináveis e existência ou não de quaisquer potenciais consequências no imposto sobre o rendimento não praticamente determináveis

O Conselho de Administração entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais às declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014.

27 Informações sobre matérias ambientais

A empresa reconhece uma operação – **remoção dos desperdícios acumulados** – que resulta da sua atividade económica quando há lugar ao corte de árvores das suas próprias matas.

Nesta situação, o que tem acontecido até à presente data é serem os compradores do produto a suportar quer os custos do corte, quer os subsequentes, nomeadamente os resultantes da remoção dos desperdícios acumulados.

A empresa tem-se limitado a uma ação de acompanhamento das operações, de forma a garantir, tanto quanto possível, a melhor preservação do meio ambiente e o restabelecimento das normais condições de exploração no futuro.

28 Instrumentos financeiros

28.1 Bases de mensuração

A totalidade dos instrumentos financeiros da empresa é mensurada ao custo.

28.2 Quantia escriturada de cada uma das categorias de ativos financeiros e passivos financeiros

g) Ativos financeiros com reconhecimento de imparidade

Ativos financeiros em 31/12/2014	Dívida	Imparidade
Clientes de cobrança duvidosa	283.997,78	283.997,78
Fornecedores (saldos devedores e adiantamentos)	90.469,14	90.469,14
Totais	374.466,92	374.466,92

As imparidades consideradas a 31 de dezembro de 2014 devem-se a evidências objetivas de dificuldades financeiras dos respetivos devedores.

28.16 Ações representativas do capital social

A 31 de dezembro de 2014 a empresa detinha um capital social de **2.000.000,00 euros**, totalmente realizado, representado pela emissão de **400.000 ações** ordinárias nominativas, com o valor nominal de 5 euros cada.

Não existem quaisquer direitos preferenciais, nem restrições, associados à distribuição de dividendos ou ao exercício do direito de voto.

Não existem ações próprias.

30 Divulgações exigidas por diplomas legais

- Declaramos que o total dos honorários faturados durante 2014 pelo Revisor Oficial de Contas foi de 13.152,00 euros.

- Declaramos que não existe qualquer dívida em mora ao setor **Estado e Outros Entes Públicos**, nomeadamente à Segurança Social e ao Estado.

- De acordo com o Código das Sociedades Comerciais, informamos de que não foram concedidas quaisquer autorizações para negócios entre a Sociedade e os seus Administradores.

- Não se registaram factos ambientais, nem laborais, dignos de relevância, pelo que as análises das demonstrações financeiras não serão minimamente afetadas.

- Não foram executadas quaisquer atividades de investigação e desenvolvimento.

- Relativamente a factos relevantes ocorridos após o termo do período, até à data da elaboração deste Relatório de Gestão, não há nada de significativo que deva ser relatado.

31 Outras informações

31.1 Estado e outros entes públicos (conta 24)

Rubricas	31/12/2013	31/12/2014
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	1.284.978,29	0,00
Imposto sobre o rendimento	27.894,00	0,00
TOTAL DO ATIVO	1.312.872,29	0,00
Imposto sobre o rendimento	0,00	48.772,44
Retenção de impostos sobre rendimentos	8.158,73	8.346,47
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	0,00	21.317,13
Contribuições para a Segurança Social	16.552,50	10.111,16
Outras tributações	0,00	18,35
TOTAL DO PASSIVO	24.711,23	88.565,55

31.2 Investimentos Financeiros (conta 41)

	Investimentos financeiros	31/12/2014
41.41	Participações de capital:	
	CCAM Albergaria - 1.655 títulos de capital x 5 euros	8.275,00
	PORTUCEL - 10.000 ações x 1,43 euros	14.300,00
	CENTRO PINUS - 3 unidades de participação x 498,80 euros	1.496,40
	NORGARANTE - 23.430 ações x 1 euro	23.430,00
	LISGARANTE - 2.500 ações x 1 euro	2.500,00
	AGROGARANTE - 31.910 ações x 1 euro	31.910,00
	AC. GARVAL - 2.500 ações x 1 euro	2.500,00
	Subtotal	84.411,40
41.42	Empréstimos concedidos:	
	SEMA – Associação Empresarial - 1 título de empréstimo	500,00
	Subtotal	500,00
41.58	Outros:	
	BANIF - 759 unidades de participação	4.999,46
	Subtotal	4.999,46
41.51	Fundo Compensação do Trabalho (FCT)	179,06
	Subtotal	179,06
	TOTAL	90.089,92

31.3 Fornecimentos e serviços externos (conta 62)

Rubricas	2013	2014
Trabalhos especializados	117.770,26	76.938,85
Publicidade e propaganda	9.967,36	7.468,32
Vigilância e segurança	314,60	96,12
Honorários	83.409,23	104.783,65
Conservação e reparação	18.653,48	9.033,40
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	208,77	27,29
Livros e documentação técnica	522,83	582,03
Material de escritório	34.576,98	40.931,14
Artigos para oferta	5.125,53	3.977,50
Eletricidade	8.731,41	8.262,19
Combustíveis	19.251,35	15.258,10
Água	1.319,19	827,13
Deslocações e estadas	33.945,73	20.963,19
Comunicação	18.890,90	17.453,14
Seguros	6.632,59	7.394,14
Contencioso e notariado	544,47	3.313,63
Despesas de representação	35.432,74	32.592,90
Limpeza, higiene e conforto	4.608,16	2.818,32
Outros serviços	10.046,57	17.277,33
Total	409.952,15	369.998,37

31.4 Gastos com o pessoal (conta 63)

Rubricas	2013	2014
Remunerações dos órgãos sociais	89.567,00	59.735,00
Remunerações do pessoal	152.486,50	169.181,00
Encargos sobre remunerações	51.750,05	49.397,53
Seguro de acidentes no trabalho	3.941,33	3.798,40
Gastos de ação social	0,00	0,00
Outros gastos com o pessoal	1.111,53	1.404,11
Total	298.856,41	283.516,04

31.5 Outros gastos e perdas (conta 68)

Rubricas	2013	2014
Impostos	1.754,70	22.078,96
Descontos de pronto pagamento concedidos	26,10	7,52
Créditos incobráveis	0,00	0,00
Correções relativas a períodos anteriores	0,00	5.647,99
Donativos	8.741,92	7.783,10
Quotizações	2.789,04	2.429,04
Multas e penalidades	550,00	75,00
Serviços bancários	84.948,93	62.366,84
Total	98.810,69	100.388,45

31.6 Outros rendimentos e ganhos (conta 78)

Rubricas	2013	2014
Descontos de pronto pagamento obtidos	846,82	288,95
Alienações de ativos fixos tangíveis	2.200,00	1.112,80
Rendas	27.650,00	68.400,00
Bónus a receber de clientes	150.000,00	1.283.717,60
Outros	1.962,18	430,42
Total	182.659,00	1.353.949,77

31.7 Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas (conta 61) em 31/12/2014

Movimentos	Mercadorias	Ativos biológicos
Existências iniciais	0,00	0,00
Compras	57.225.868,87	449,84
Regularização de existências	0,00	0,00
Existências finais	0,00	0,00
Gastos no exercício	57.225.868,87	449,84

31.8 Demonstração das variações nos inventários da produção (conta 73) em 31/12/2014

Movimentos	Ativos Biológicos
Existências finais	219.249,62
Regularização de existências	0,00
Existências iniciais	225.713,00
Reduções no exercício	- 6.463,38

31.9 Garantias prestadas

Banco/Beneficiário	Descrição	Valor
Novo Banco (ex-BES)	Garantia pessoal	750.000
Banco Santander	Garantia pessoal	5.121.356
Banco Comercial Português	Garantia pessoal	1.650.453
Caixa Geral de Depósitos	Garantia pessoal	600.000
Caixa de Crédito Agrícola de Albergaria	Garantia pessoal	600.000
Banco BPI	Garantia pessoal	678.189
	TOTAL	9.399.998

Nota final:

Quanto aos itens não respondidos neste anexo, nada há a assinalar.

O Técnico Oficial de Contas

António Augusto Jesus Santos

O Conselho de Administração

Jorge Armando Mendes Loureiro
António Augusto Amaral Loureiro Santos
Humberto Marques Dias
Hernâni da Seca Martins Pereira
João Vicente Lourenço

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Lurdes Susana Mendes Amorim I ROC nº1671

Certificação Legal das Contas

INTRODUÇÃO

1. Examinei as demonstrações financeiras anexas, da UNIMADEIRAS – Produção, Comércio e Exploração Florestal, S.A., as quais compreendem o Balanço, em 31/12/2014, (que evidencia um total de 13.349.776,87 euros e um total de capital próprio de 4.038.783,74 euros, incluindo um resultado líquido de 345.971,32 euros), a Demonstração de Resultados por Natureza, a Demonstração de Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos.

RESPONSABILIDADES

2. É de responsabilidade do Conselho de Administração a preparação das demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A minha responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no meu exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedi foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter com um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O meu exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6. Entendo que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da minha opinião.

OPINIÃO

7. Em minha opinião, as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da UNIMADEIRAS – Produção, Comércio e Exploração Florestal, S.A., em 31/12/2014 e o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também minha opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Gondomar, 27 de Março de 2015

Lurdes Susana Mendes Amorim
Revisor Oficial de Contas nº 1671

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Senhores Acionistas:

Em conformidade com a legislação em vigor e com Estatutos da sociedade, vimos submeter à apreciação dos Senhores Acionistas, o relatório sobre a atividade desenvolvida e dar parecer sobre os documentos de prestação de contas do exercício de 2014 de UNIMADEIRAS – Produção, Comércio e Exploração Florestal, S.A., os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa.

Relatório

No decorrer deste exercício acompanhámos com regularidade a evolução das operações e investimentos da Empresa e procedemos às verificações que considerámos necessárias ao desempenho das funções que nos estão confiadas. Efetuamos reuniões trimestrais conjuntas com o Conselho de Administração, tendo sempre obtido por partes deste Conselho e dos serviços, os esclarecimentos solicitados.

Analizamos os documentos apresentados pelo Conselho de Administração, designadamente o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração de Resultados por natureza e por funções, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e os respetivos Anexos.

Apreciamos a Relatório do Revisor Oficial de Contas que integra este conselho. Tomámos conhecimento da Certificação Legal de Contas, cujo teor estamos de acordo.

Parecer

Face ao exposto, somos de Parecer:

- a) Que sejam aprovados o Relatório de Gestão e as Contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2014;
- b) Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração;
- c) Um voto de louvor ao Conselho de Administração e Colaboradores, pelo esforço e dedicação demonstrados no desempenho das funções.

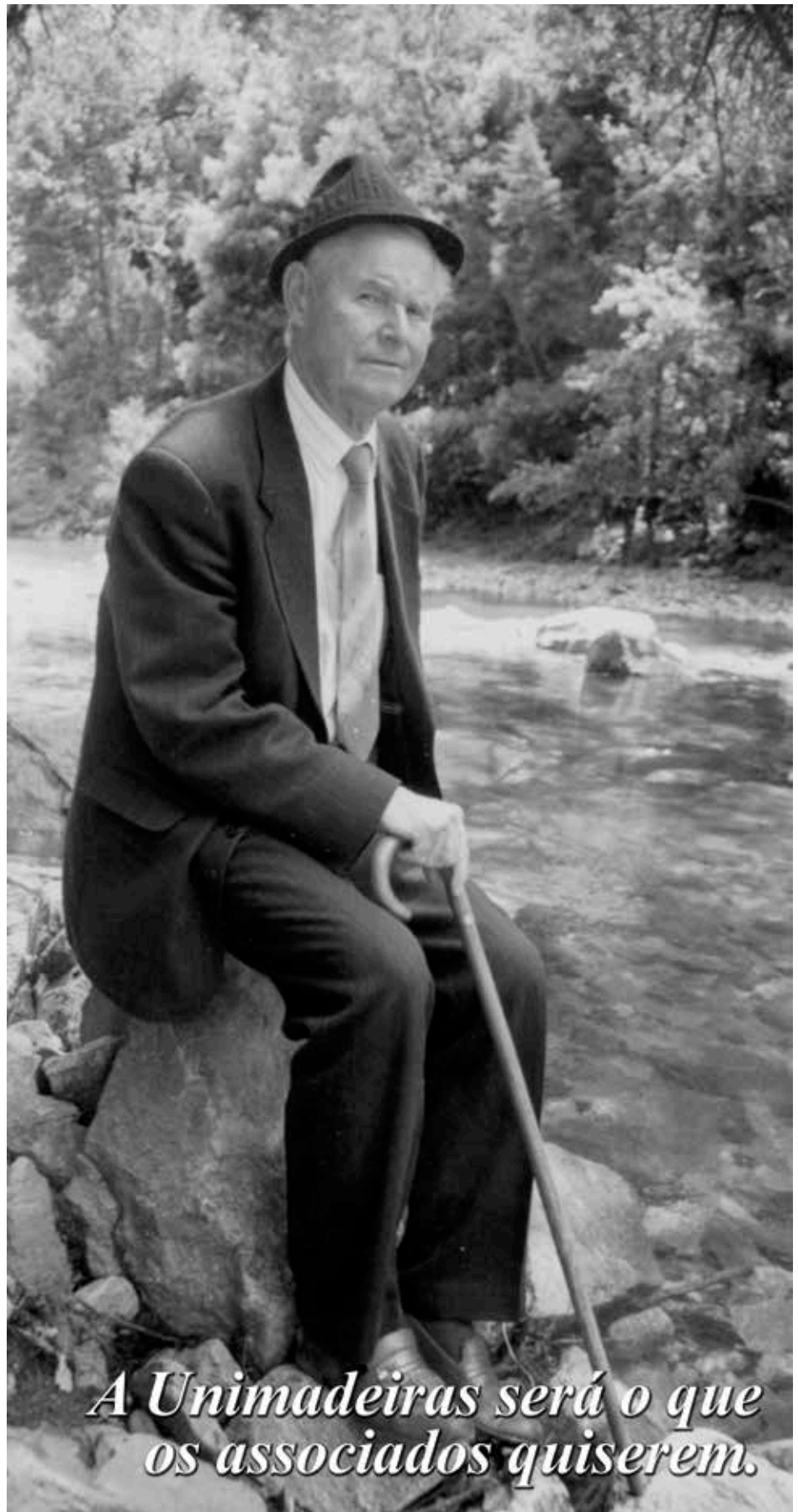
Albergaria-a-Velha, 27 de Março de 2015

Conselho Fiscal

José Joaquim da Bastos Correia – Presidente

Manuel F. Pedrosa Rei – Vogal

Lurdes Susana Mendes Amorim – Revisor Oficial de Contas



*A Unimadeiras será o que
os associados quiserem.*

